

TRIBUNA BANCÁRIA

Jornal do Sindicato dos Bancários do Ceará – Fortaleza, 8 a 13 de fevereiro de 2010

CUT

CONTRAF⁵
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

FetecNE

DIEESE

Nº 1121



Artigo

Violência Urbana e Outras Violências

Atualmente, a violência tornou-se a tônica de nosso cotidiano. Nunca se falou tanto em violência e em como combatê-la, e, infelizmente, a sensação de insegurança nunca foi tão premente: as pessoas mudam de itinerário, evitam sair à noite, colocam grades e alarmes em suas casas; os que podem, blindam seus automóveis. E, outro dado vem se somar a estes, esse medo deixou de ser “privilegio” dos moradores das grandes cidades e se espalhou também entre as cidades interioranas, antes vistas como oásis de tranquilidade e segurança.

Atesta essa sensação de insegurança o ranking de violência elaborado pela empresa inglesa Control Risks, que em uma escala de 1 a 7, classificou as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo como nível 5 (crimes violentos acontecem em toda cidade, a qualquer hora e muitas áreas são extremamente perigosas e devem ser evitadas).

Junto a esta violência urbana, caminham outras tantas violências: como aquela que se faz contra a mulher, a criança, o idoso, os homossexuais, os negros, os nordestinos. Todas elas tão ou mais graves que a violência urbana e que necessitam, igualmente, de combate. Porém, são todas formas de violências específicas que demandam medidas apropriadas para seu controle e erradicação.

É mister que o Poder Público se aperceba que diferentes formas de violência necessitam de políticas públicas que levem em consideração a especificidade de cada modalidade destes crimes para que seu combate seja efetivo.

Qualquer plano de combate à violência deve, necessariamente, conter diretrizes para solucionar esse problema em cada uma das suas particularidades. O fim da violência nas ruas só começa com o fim da violência dentro de casa, dentro da escola, dentro da empresa...

Lea Elisa Silingowschi
Calil – Advogada, Dra. em
Filosofia do Direito e Pro-
fessora do Centro Univer-
sitário FIEO

Negociações específicas do BB começam com mesas temáticas



Matéria na pág. 6

Mais dois bancos ampliam licença-maternidade

Bradesco e Itaú anunciaram adesão ao Programa Empresa Cidadã e Contraf/CUT exige ampliação para outros bancos ([pág. 4](#))

Policial excede em abuso de autoridade

Vigilante do BB da Bezerra de Menezes foi preso por pedir identificação de um PM ([pág. 5](#))

Bradesco anuncia pagamento da PLR para o dia 12/2

Cada funcionário deve receber o teto de 2,2 salários descontada a primeira parcela paga em outubro passado ([pág. 5](#))

BNB: Sindicato fará dia 10/2, plenária sobre ação de equiparação

Será uma reunião informativa sobre a Ação de Equiparação das funções em comissão do BNB às do Banco do Brasil ([pág. 6](#))

Sistema Diretivo do SEEB/CE planeja ações para 2010

Secretaria de Imprensa



Durante dois dias, o sistema diretivo do Sindicato dos Bancários do Ceará esteve reunido no Seminário de Planejamento Estratégico para este ano. Na abertura do evento houve a participação de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). O evento objetivou articular as ações da entidade para 2010, traçando uma linha política e de ação sindical baseada na unidade. ([pág 5](#))

Pressão por metas gera ansiedade e pode levar ao alcoolismo

O alcoolismo é uma doença silenciosa e poucas pessoas percebem ou aceitam que estão dependentes do álcool. Tudo começa com um copinho de cerveja ou uma dosezinha para "animar" e "descontrair". Mas, quando menos se percebe, a bebida se torna necessária para conseguir passar o dia. No Brasil, o consumo abusivo de álcool vem aumentando consideravelmente. Dados do Ministério da Saúde mostram que o consumo excessivo aumentou de 16,1%, em 2006, para 19%, em 2008.

Um dos fatores que pode estar relacionado ao alcoolismo é a pressão do trabalho. Eugênio Silva, da Secretaria de Saúde do Sindicato dos Bancários do Ceará, explica que as metas abusivas dos bancos e as condições de trabalho precárias podem levar ao abuso do álcool.

O Ministério da Saúde caracteriza o alcoolismo com os seguintes sintomas: compulsão, uma necessidade incontrolável de beber; perda de controle, inabilidade frequente de parar de beber uma vez que a pessoa já começou; dependência física, apresentando sintomas de abstinência como náusea, tremores e ansiedade; e maior tolerância, com a necessidade de ingestão de maior quantidade de álcool para ficar embriagado. Nem todos os sintomas ocorrem juntos, por isso, ao apresentar alguns dos sintomas, a pessoa deve procurar ajuda médica.

ENQUANTO ISSO, NO FINAL DO EXPEDIENTE DOS BANCOS...



PRECONCEITO – Não existem pessoas mais ou menos suscetíveis a terem problema com álcool. Qualquer pessoa pode estar sujeita a dependência do alcoolismo. Eugênio Silva afirma que existe preconceito com os dependentes do álcool em qualquer ambiente, inclusive no trabalho: "não só nos bancos como também em qualquer empresa, a pessoa que passa a beber é discriminada dentro do ambiente de trabalho. Na categoria bancária não é diferente, existe preconceito".

TRATAMENTO – O alcoolismo possui tratamento, que pode variar de acordo com a gravidade e os recursos disponíveis na comunidade. O tratamento inclui a

desintoxicação, que é o processo de tirar o álcool do organismo do indivíduo de forma segura, a prescrição de medicamentos e o acompanhamento psicológico individual e/ou em grupo. O envolvimento da família é muito importante para o bom desempenho do tratamento, por isso alguns programas oferecem terapia familiar.

O SEEB/CE disponibiliza apoio inicial para os bancários, possibilitando aqueles que tenham problemas com álcool possa ter uma orientação para iniciar o tratamento. O bancário que desejar ter acesso a mais informações pode procurar a Secretaria de Saúde do SEEB/CE, através do telefone 3252.4266 ou dirigir-se ao Sindicato.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Contraf/CUT alerta para as armadilhas do novo Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA)

Segundo a Contraf/CUT, o novo PAA da Caixa Econômica Federal não dá vantagem adicional para quem aderir. As maiores arapucas são para o grupo dos que ainda não estão aposentados pelo INSS. A Caixa anunciou no dia 1º/2 o novo Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA) para os empregados que já estão aposentados pelo INSS e continuam trabalhando e para aqueles que estarão aptos a se aposentar até 28 de fevereiro de 2011. O prazo para adesões vai de 1º/2 a 1º/3 deste ano, sendo que o desligamento da empresa abrange o período de 2/3 a 30/4.

Concebido no mesmo molde do PAA implantado pela Caixa no final de 2007, sem nenhuma vantagem adicional, o novo plano

possui algumas armadilhas, sobretudo para os que ainda não estão aposentados pelo INSS, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT). A entidade considera que a adesão ao novo PAA é uma decisão individual de cada trabalhador, de acordo com o interesse pessoal de cada um.

O alerta vai para os empregados que estarão aptos a se aposentar até fevereiro do próximo ano e estiverem dispostos a aderir ao PAA. Ele diz que esse grupo de trabalhadores precisa levar em consideração que, além de pagar parte da sua contribuição para a Funcef e para o Saúde Caixa, ficará sem receber salário no período entre a homologação da demissão e a

aposentadoria pelo INSS.

A Confederação alerta ainda que, caso o empregado que assinar o termo concordando com as condições do PAA, por alguma razão desistir no futuro de requerer a aposentadoria junto ao INSS, não apenas terá de indenizar a Caixa pelos gastos da patrocinadora relativos ao Saúde Caixa, como também perderá definitivamente esse benefício.

Implantado no fim de 2007, o primeiro PAA registrou um índice de 30% de adesões entre o seu público-alvo. Na Caixa, atualmente, há cerca de 4.400 empregados que já estão aposentados pelo INSS e continuam trabalhando e aproximadamente cinco mil aptos a se aposentar até 28 de fevereiro de 2011.

RISCO DE VIDA

Vigilantes podem entrar em greve nesta terça, 9/2

O Sindicato dos Vigilantes do Ceará realiza na segunda-feira, dia 8/2, às 19h, uma assembleia para deliberar sobre uma possível greve da categoria. Os trabalhadores querem, principalmente a inclusão do Risco de Vida (Adicional de Periculosidade), que os donos de empresas se recusam a discutir. Além disso, os empresários oferecem apenas 4,11% de reajuste, que a categoria considera uma verdadeira afronta.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Vigilantes, Geraldo Cunha, nunca se esteve tão próximo de conquistar o tão sonhado Adicional de Periculosidade para os vigilantes do País. Entretanto, quando o Projeto de Lei que incluía os vigilantes brasileiros na lista de profissões sujeitas a risco de vida, que já havia sido votado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e estava prestes a seguir para a sanção do Presidente da República, dez senadores apresentaram um recurso e, com isso, adiaram por tempo indeterminado o sonho de

um milhão e trezentos mil vigilantes em todo o Brasil. Agora caberá ao Plenário do Senado debater e votar a matéria, o que não tem prazo para acontecer.

"Enquanto isso, nós, vigilantes, não vamos ficar parados. Vamos à luta! Pois o Adicional de Periculosidade é mais do que uma reivindicação, é uma necessidade urgente dos trabalhadores que põem sua vida em risco todos os dias para defender o patrimônio alheio e a vida de pessoas", afirmou Geraldo.

APOIO – O Sindicato dos Bancários do Ceará apoia a luta dos trabalhadores vigilantes e alerta para o perigo do funcionamento das agências bancárias caso a categoria entre em greve a partir de terça-feira, dia 9/2. "De acordo com o plano de segurança dos bancos, as unidades não podem abrir sem a presença de vigilantes e, caso isso ocorra, deve ser denunciado à Polícia Federal", ressalta o presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo Bezerra.

Divulgação



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Eleições para delegados/as sindicais do Banrisul

Faço saber aos interessados, funcionário/as do BANRISUL e associado/as do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO CEARÁ, que no dia 25 de março de 2010 será realizada ELEIÇÃO PARA DELEGADO(A) SINDICAL DO BANRISUL, com atuação na agência Fortaleza, ficando, a partir do dia 25-02-2010, aberto o prazo para inscrições de candidaturas, sendo que para a base territorial deste Sindicato poderá ser eleito 01 (um) delegado/a.

Os pedidos de inscrições poderão ser feitos do dia 25 de fevereiro de 2010 até o dia 03 de março de 2010, na sede do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 - Centro), junto à Secretaria de Ação Sindical, que funcionará no período aludido, no horário de 8 às 18 horas, mediante correspondência assinada pelos interessados.

As eleições se darão diretamente no local de trabalho (Ag. Fortaleza), na data estabelecida no presente Edital.

Fortaleza(CE), 08 de fevereiro de 2010

RICARDO BARBOSA DE PAULA
SECRETÁRIO GERAL

BANCÁRIA

Home Page: www.bancariosce.org.br
Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br
Telefone geral: (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3253 3996
Rua 24 de Maio, 1289 - 60020-001 – Fortaleza – Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra – Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino
Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP – Repórter: Sandra Jacinto CE01683JP
Estagiários: Camila Queiroz e Renata de Lima – Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG
Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 11.500 exemplares

José Pimentel: Jurídico fortaleceu a estrutura sindical

A HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ SEMPRE FOI RECHEADA DE GRANDES NOMES, DE PROFISSIONAIS QUE SE TORNARAM PERSONALIDADES RECONHECIDAS NO PAÍS. UM DESSES GRANDES NOMES É O DE JOSÉ PIMENTEL, BANCÁRIO APOSENTADO DO BANCO DO BRASIL, EX-DIRETOR DO SEEB/CE, DEPUTADO FEDERAL LICENCIADO E ATUAL MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. NESSA ENTREVISTA EXCLUSIVA À TRIBUNA BANCÁRIA, O MINISTRO PIMENTEL RELEMBRA A ÉPOCA EM QUE ATUOU COMO DIRETOR E ADVOGADO DO SINDICATO E COMO ESSA EXPERIÊNCIA MARCOU SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA.

Tribuna Bancária: O Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do Ceará completa 30 anos. O senhor fez parte dessa história, como diretor e advogado da entidade. Quais eram as principais demandas e quais os principais desafios enfrentados na época?

Pimentel – O principal desafio na década de 1980 era superar a baixa organização sindical e também a pouca estrutura do poder judicial trabalhista. Tínhamos em Fortaleza apenas cinco juntas de conciliação e julgamento na época - hoje, varas trabalhistas. Além disso, havia também dificuldade na proteção aos trabalhadores, visto que a legislação na década de 1980 era fundamentada na Emenda Constitucional nº 1, da Ditadura Militar, e o poder de representação e a capacidade de substituição processual por parte dos sindicatos eram bastante limitados. A partir da mobilização social, da criação da Central Única dos Trabalhadores e da campanha das Diretas Já, houve todo um processo de democratização do Estado brasileiro, que culminou na Constituinte de 1988. Com isso, passamos a ter um arcabouço jurídico e constitucional que proporcionou o fortalecimento da estrutura sindical, do instituto da substituição processual e, principalmente, o reconhecimento de direitos individuais e coletivos, e de direitos sociais e trabalhistas. Foi essa a nossa luta no final da década de 1970 e durante toda a década de 1980.

TB: Observando a trajetória do Departamento, verifica-se que, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, foi expressivo o aumento de ações judiciais. O que foi feito pelo Sindicato no sentido de estruturar o setor para que houvesse o atendimento dessas demandas?

Pimentel – No final da década de 1970, com a crise do petróleo, que impactou fortemente a nossa economia, tivemos um ciclo de recessão econômica e, ao mesmo tempo, de achatamento dos direitos trabalhistas. No início da década de 1980, tivemos vários decretos-lei que determinavam o pagamento de apenas parte da

inflação, impedindo que os trabalhadores recuperassem seu poder de compra. O Sindicato dos Bancários era a vanguarda no Ceará, no sentido de elaborar ações para que os trabalhadores pudessem apresentar os seus pleitos em juízo, na tentativa de diminuir as perdas salariais e, assim, recuperar o seu poder de compra. De 2003 para cá, com o governo Lula, passamos a ter uma nova política salarial, em que a reposição da inflação é um direito das pessoas. Essa sistemática de achatamento também era muito presente nos direitos previdenciários. Os trabalhadores e as trabalhadoras que se aposentaram na década de 1980 e 1990 tiveram perdas significativas. Em 2006, após a reeleição do presidente Lula, firmamos um acordo com todas as centrais sindicais, tendo três itens fundamentais: a antecipação do reajuste do salário mínimo e do piso previdenciário, que antes era pago em junho, agora é concedido em janeiro e pago no próprio mês de janeiro. Assim, evitamos defasagem entre os benefícios previdenciários e o alinhamento de preço; o zeramento da inflação, medida pelo INPC do IBGE, de 1995 para cá; a recuperação do poder de compra do salário mínimo que, além de receber a inflação, tem também um ganho real de, no mínimo, a média do crescimento do Produto Interno Bruto do segundo ano anterior. Isso levou o salário mínimo a ter o seu maior poder de compra desde a sua origem, na década de 1940. Se, a título de comparação, atribuirmos o número 100 para o salário mínimo daquela época, veremos que nos anos seguintes esse valor declinou e somente começou a ser recuperado em 2000, quando atingiu 100,7. Entretanto, a recuperação significativa só veio a acontecer depois de 2002, e mais expressivamente no governo Lula, em que se registra um índice de evolução do salário mínimo para 202 agora em 2010 – o que representa, em termos reais, a conquista do dobro do poder de compra. O salário mínimo que entrou em vigor no mês passado é o mais alto da história e rege diretamente os ganhos de 26 milhões de brasileiros. A partir de 2010 passamos também a conceder ganho real aos aposentados

e pensionistas que têm benefícios acima do salário mínimo, que são 8 milhões e 300 mil trabalhadores. Neste ano, esse reajuste foi de 6,14%, com ganho real de 2,55%. Se observarmos todas as categorias assalariadas, em 2009, o maior ganho real foi exatamente dos aposentados e pensionistas brasileiros.

TB: Muitos ex-advogados e ex-estagiários do Departamento Jurídico do Sindicato atualmente ocupam relevantes cargos no Poder Judiciário, Ministério Público e nos órgãos do Poder Executivo, seja ele federal, estadual ou municipal. É correto afirmar que o setor também atua como escola de formação de profissionais do Direito?

Pimentel – Em um País de direito e democrático, os profissionais que atuam no Poder Judiciário, no Legislativo e no Executivo vêm dos movimentos sociais e da academia. No caso específico do Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários, presenciamos exatamente esse processo. Temos vários companheiros que hoje estão no Ministério Público, outros no Judiciário, outros no Executivo, inclusive exercendo o cargo de Ministro de Estado, e outros no Legislativo. Portanto, esse espaço de formação profissional e política tende a se fortalecer cada vez mais. No caso do Sindicato dos Bancários, que é uma vanguarda do movimento sindical cearense e brasileiro, ele se antecipou. Exatamente por isso, podemos afirmar que esse sindicato cumpre o seu papel, que é de cuidar bem dos interesses e dos direitos dos seus associados e, ao mesmo tempo, formar dirigentes para conduzir o Estado nacional.

TB: A luta política da categoria bancária também passa pelos embates no Poder Judiciário. Quais foram as conquistas mais relevantes, então obtidas pelo Departamento Jurídico do Sindicato, no período em que o senhor esteve à frente do setor?

Pimentel – A luta política na defesa dos interesses de uma categoria e dos trabalhadores passa pelos três poderes da República. Pelo Legislativo, onde elaboramos

os projetos de leis que se consolidam num instrumento normativo, seja constitucional ou infraconstitucional. Passa pelo Executivo na melhoria das relações entre o capital e o trabalho, como no caso concreto da presença do Estado na economia brasileira e, como empregador, como acontece com os nossos bancos públicos. Pelo Poder Judiciário, no momento em que a divergência for quanto ao alcance de uma norma, a preservação de direito ou em caso de conflito. Procuramos o Poder Judiciário em todas as ocasiões que foram necessárias, como instrumento de arbitragem legal nesse sistema. Por isso que o Sindicato dos Bancários, em especial no estado do Ceará, sempre utilizou de todo seu instrumental político, de luta e formal para fazer valer os interesses dessa importante categoria bancária.

TB: A experiência obtida no período em que o senhor esteve à frente do Departamento de alguma forma contribui com o desempenho de suas atribuições como Ministro da Previdência Social?

Pimentel – A experiência profissional de um cidadão permeia toda a sua vida, desde a infância e adolescência, quando recebemos muitos valores atribuídos pelos nossos pais, pelos nossos irmãos mais velhos e pelo nosso convívio social. Na adolescência e na puberdade temos a influência forte também dos nossos educadores, e este ciclo amadurece quando assumimos o nosso trabalho. Eu tive a felicidade de trabalhar em um banco público que hoje tem mais de dois séculos, uma instituição consolidada, que é o Banco do Brasil. Ao mesmo tempo, tive a oportunidade de freqüentar a faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, que muito contribuiu para minha formação acadêmica, além das experiências à frente do Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários. Conduzi com muita tranqüilidade uma série de demandas jurídicas, a elaboração de teses novas ao lado dos nossos companheiros, que hoje são juízes, promotores e outros que continuaram à frente do nosso Departamento. Estou há 16

anos como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, fruto desse processo. Eu devo isso às famílias de bem do estado do Ceará e, em especial, à minha categoria bancária. Desde 1995 tenho me dedicado ao acompanhamento de todas as mudanças no mundo previdenciário, ora como membro titular das comissões especiais, ora como relator. E essa experiência me permitiu chegar ao Ministério da Previdência Social, por uma gentileza do presidente Lula, que me confiou várias tarefas. E, ao lado dos servidores da Previdência Social, fizemos uma verdadeira revolução silenciosa.

TB: Que revolução foi essa?

Pimentel – Em janeiro de 2009, com apenas seis meses de trabalho, conseguimos mudar a legislação, adequar os sistemas informatizados, capacitar pessoal e implantar os benefícios em 30 minutos. Depois, em fevereiro, lançamos o Plano de Expansão da Rede de Atendimento. Estamos construindo 720 novas agências da Previdência Social em todas as regiões do Brasil. Todos os municípios com mais de 20 mil habitantes terão uma agência do INSS. O Ceará ampliará sua rede de 43 agências para 100, pois estamos construindo 57 novas agências – uma já inaugurada. Depois lançamos o extrato previdenciário para permitir que o segurado acompanhe todos os seus vínculos e contribuições ao longo da vida laboral. Esse extrato, além de estar disponibilizado pelo portal da Previdência, pode ser retirado numa das 1.124 agências do INSS ou nos terminais de auto-atendimento do Banco do Brasil, mediante uso da própria senha bancária. Também lançamos a carta-aviso ao aposentando. Todos os meses, remetemos essa carta a 1.600 segurados que estão próximos da aposentadoria, informando que ele tem direito a se aposentar, inclusive o valor do seu benefício. Portanto, a Previdência está melhor a cada dia. E aqui não teve consultoria externa. Essa revolução ocorreu pelas mãos dos servidores públicos da Casa. Eles acreditaram, se empenharam e o resultado foi muito positivo.



Parceria com a Estácio FIC rende homenagem ao SEEB/CE

O Sindicato dos Bancários do Ceará recebeu homenagem da Estácio FIC pela parceria que realizou o maior número de conveniados matriculados, um total de 62 alunos. Do evento, participaram 13 instituições parceiras da Estácio FIC. Gislane Guabiraba, funcionária da Secretaria de Organização, área responsável pelos convênios, representou o SEEB/CE e enfatizou a importância do convênio do Sindicato com a faculdade: "o convênio firmado com a Estácio FIC colabora para o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, da categoria bancária e de seus dependentes, promovendo uma formação intelectual e cidadã através do ensino superior e dos projetos desenvolvidos pela faculdade".

A diretora Geral da Estácio FIC, Ana Flávia Chaves, lembrou a importância social de levar oportunidades de educação através dos convênios. "Nós queremos transformar nossas parcerias em divulgação de projetos realizados em conjunto para formar um grande elo para o conhecimento", disse.

CONVÊNIO – O convênio entre o SEEB/CE e a Estácio FIC foi renovado para o ano de 2010. A parceria oferece desconto de 20% nas mensalidades dos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) e dos cursos de graduação tecnológica, além de também oferecer desconto de 10% nos cursos de pós-graduação. Os descontos abrangem bancários associados da ativa, aposentados e familiares que realizarem matrícula para o ano



letivo de 2010. O conveniado que realizou matrícula no ano de 2008 continua com o desconto de 30% para a graduação e 10% para a pós-graduação.

Além dos descontos, os bancários filiados ao SEEB/CE e seus dependentes que residem em outros estados que têm alguma instituição ligada à Estácio também podem usufruir dos descontos do convênio.

A FIC possui cursos de graduação em Administração, Arquitetura e Urbanismo, Hotelaria, Comércio Exterior, Administração em Marketing, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Jornalismo, Nutrição, Publicidade e Propaganda, Sistema de

Informação e Turismo. O material didático de qualquer um dos cursos da FIC será entregue em domicílio sem nenhum custo, assim não será necessário o aluno comprar livros ou tirar cópia de textos. A FIC também oferece cursos de graduação e pós-graduação à distância.

Os interessados em ingressar na FIC podem realizar a inscrição pela internet no site e fazer o vestibular diariamente. Quem já possuir uma graduação, não precisa fazer o vestibular.

Semestralmente, o aluno deverá comprovar o vínculo com o Sindicato, através de declaração de encaminhamento emitida pela Secretaria de Organização do SEEB/CE.

SERVIÇO:

FIC – Faculdades Integradas do Ceará
Rua Visconde de Mauá, 1940 – Dionísio Torres
Fone: (85) 3456 4100
Site: www.fic.br

Secretaria de Organização SEEB/CE
SEEB/CE – Secretaria de Formação (85) 3252 4266
Falar com Erismar, Alex Citó ou Victória

LICENÇA-MATERNIDADE

Bradesco e Itaú aderem ao Programa Empresa Cidadã

No último dia 3/2, o Bradesco comunicou à Contraf-CUT que irá aderir ao Programa Empresa Cidadã e garantir às suas funcionários a ampliação da licença-maternidade para 180 dias. A decisão do banco foi informada em resposta ao ofício enviado pela Confederação à Fenaban e aos bancos privados, solicitando sua adesão imediata ao programa, a exemplo do que já foi anunciado pelo Itaú Unibanco na última sexta-feira, dia 29/1.

Com isso, o Bradesco também se junta ao Banco do Brasil, Nossa Caixa, Caixa Econômica Federal, Banrisul, VR, ING, Intercap, Industrial, Rendimento, Daycoval, Pine, Merrill Lynch, Cruzeiro do Sul, Cacique e BES, que já aderiram ao programa. "É uma notícia muito importante para as bancárias do Bradesco e para seus filhos. A ampliação da licença-maternidade foi uma conquista importante da mobilização da campanha nacional

dos bancários de 2009. Vamos continuar atentos até que todos os bancos façam a adesão ao programa", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT.

O Bradesco informou que as bancárias que retornaram ao trabalho a partir de 1º de janeiro de 2010, após ter completado 120 dias da licença-maternidade, e tinham enviado carta solicitando a ampliação para 180 dias, será concedida a prorrogação de 60 dias a partir de 4 de fevereiro. Caso as funcionários estejam em férias, a prorrogação será concedida imediatamente após o retorno ao trabalho.

BANCÁRIAS DO ITAÚ UNIBANCO – O Itaú Unibanco também anunciou que está aderindo ao Programa Empresa Cidadã, o que garante a prorrogação da licença-maternidade para 180 dias de suas funcionários em todo o País. "Essa é uma conquista importante da mobilização da campanha nacional

dos bancários de 2009. Esperamos que todos os bancos façam a adesão ao programa o mais breve possível", afirma Carmen Araújo, diretora do Sindicato dos Bancários do Ceará.

A Contraf-CUT enviou ofício ao presidente da Fenaban, Fábio Barbosa, para solicitar que oriente todos os bancos a aderirem ao Programa Empresa Cidadã, a exemplo do que já fez o Bradesco e Itaú Unibanco na semana passada, permitindo assim a ampliação da licença-maternidade para 180 dias às bancárias que trabalham nessas empresas, conforme previsto na cláusula 24ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010.

Além da Fenaban e do Bradesco, a Contraf-CUT também remeteu cartas aos demais bancos privados que ainda não aderiram ao Programa Empresa Cidadã, como o HSBC, Santander, Mercantil do Brasil, Safra e Citibank, dentre outros.

SANTANDER

Bancários conquistam avanços no aditivo e melhoria do PPR

Após cinco meses de negociações e uma jornada nacional de mobilizações, o Santander apresentou no último dia 3/2, à Contraf-CUT, entidades sindicais e Afubesp, em São Paulo, uma nova proposta de aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2009/2010 e de acordo do Programa de Participação nos Resultados (PPR). Houve avanços significativos, principalmente com o aumento do PPR, cujo valor cresceu quase 80%, passando de R\$ 700,00 pagos no ano passado para R\$ 1.250,00, além de garantir no mínimo R\$ 1.350,00 para o ano que vem.

O banco propõe aditivo e PPR com validade por dois anos para todos os trabalhadores do Grupo Santander no Brasil. No ano passado haviam sido firmados dois aditivos: um para o Santander e outro para o Real, este com menos direitos. Já o acordo de PPR só abrangia o Santander.

Para o novo e unificado aditivo, serão mantidas todas as cláusulas do Santander, com a correção dos valores fixados, como o auxílio-educação, pelo reajuste de 6% obtido pelos bancários na campanha salarial de 2009 e pelo índice que vier a ser conquistado pela categoria em 2010.

ACORDO DE PPR – No ano passado, o Santander pagou R\$ 700,00 de PPR. Não houve assinatura de acordo de PPR com o Real, que nos últimos anos não negociava essa remuneração com o movimento sindical. Na rodada do dia 22/12, o banco propôs PPR de R\$ 1.000,00 agora e R\$ 1.000,00 no ano que vem, corrigido pelo reajuste de 2010 para todos os funcionários. A proposta foi rejeitada pelos dirigentes sindicais na própria mesa de negociações.

Após as mobilizações, o banco apresentou nesta quarta-feira PPR de R\$ 1.250,00 a ser pago no próximo dia 19/2, na folha de fevereiro, junto com a segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

O banco também propôs PPR de no mínimo R\$ 1.350,00 em 2011, sendo que os dirigentes sindicais reivindicaram a sua antecipação

para o segundo semestre de 2010, junto com o pagamento da primeira parcela da PLR. Os representantes do banco ficaram de analisar. O valor de 2011 poderá aumentar ainda mais em caso de crescimento da ROE (retorno sobre patrimônio líquido e apurado através da divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido) do Santander em comparação aos principais concorrentes.

O PPR é descontado do pagamento dos programas próprios de renda variável do banco. Entretanto, os dirigentes sindicais conquistaram mais uma vez que o Santander não compensará a PLR com a renda variável, como facilita a convenção coletiva e assim procedem vários bancos privados. Desta forma, o bancário sai ganhando, pois o valor da PLR é bem maior que o PPR.

COMPROMISSOS ASSUMIDOS – CENTRO DE REALOCAÇÃO: o banco se comprometeu em fazer nova divulgação do programa "Venha Trabalhar na Rede". Também anunciou a abertura de 100 novas agências em 2010, que deverão receber empregados atingidos pelo processo de fusão. Comunicação sindical: o banco aceitou a reivindicação dos bancários de disponibilizar na sua intranet um link "Informações Sindicais", que dará acesso aos sites das confederações, como a Contraf-CUT. Um avanço inédito que ajudará a aproximar o trabalhador do movimento sindical. O banco ficou de estudar a inclusão no futuro das federações e dos sindicatos de cada base territorial.

HOLANDAPREVI E BANDEPREV – o Santander não concordou em assinar termos de compromisso, mas se comprometeu na mesa de negociação em manter o patrocínio do banco para esses dois fundos de pensão. Eleições no HolandaPrev e Sanprev: o banco não aceitou a formação de um grupo de trabalho para discutir o processo eleitoral dos conselhos deliberativo e fiscal, mas apresentará nos próximos dias o calendário das próximas eleições nos dois fundos de pensão.

Veja os principais avanços

- MANUTENÇÃO DOS INCENTIVOS À APOSENTADORIA:** extensão até 31/8/2010 da licença remunerada pré-aposentadoria ("pijama") para quem está a menos de um ano da aposentadoria e do abono indenizatório para quem já possui tempo de se aposentar; Prêmio de dois salários: inclusão dos funcionários do Santander que estavam na ativa em 1º/9/2009 e completaram 25 anos de banco antes de 1º/1/2009. O pagamento será feito em duas etapas: março de 2010 e janeiro de 2011. Em caso de desligamento antes da segunda parcela, o crédito será feito na homologação.
- Os dirigentes sindicais reivindicaram a extensão da conquista para quem estava na ativa entre 1º/1/2009 e 31/8/2009, bem como para os empregados oriundos do Bandepe. O banco ficou de analisar;
- Auxílio-educação:** ampliação de 1.250 para 2.000 bolsas de estudo, no valor de 50% da mensalidade com teto de R\$ 330,00 mais reajuste de 6%, e manutenção das atuais bolsas concedidas aos funcionários do Real, respeitando os critérios vigentes, como a não-reprovação.
- CABESP E BANESPREV:** renovação dos termos de compromisso de manutenção do patrocínio do Santander, com grupo de trabalho consultivo; Licença sem vencimentos: concessão de uma licença não remunerada de 30 dias para cuidar de familiar com problemas de saúde. Trata-se de um direito já conquistado pelos bancários na Espanha e estendido aos colegas no Brasil; Licença-adocção aos pais: cinco dias consecutivos, sendo no mínimo três dias úteis, conforme reivindicação dos bancários; Abono de ausência para funcionários com deficiência: ampliação do direito de se ausentar do trabalho para a aquisição de aparelhos.

Sindicato planeja ações para 2010

O sistema diretivo do Sindicato dos Bancários do Ceará realizou o planejamento estratégico para o ano de 2010, nos dias 3 e 4/2. Na abertura do evento, foi realizado um debate sobre conjuntura política e econômica com a participação de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras (CTB). O objetivo do evento foi articular as ações da entidade para este ano, traçando uma linha política em comum. Os principais pontos que nortearam o seminário foram: organização, comunicação, formação, ação sindical e finanças.

Durante o seminário, foi deliberado que a Secretaria de Organização irá coordenar uma campanha de filiação padronizada afim de aumentar suas bases filiada, inserindo assim novos bancários na entidade.

Na Secretaria de Comunicação, foi aprovada a edição de uma revista bimestral para dar maior visibilidade às ações da entidade junto à categoria e à sociedade em geral, e a interiorização do programa Rádio Bancários.

Já o principal objetivo da Secretaria de Formação será aprimorar a qualificação política e sindical dos dirigentes, por intermédio de um projeto amplo, que envolverá as questões de concepção capital-trabalho, a evolução do sindicalismo no



mundo e na América Latina, além de temas inerentes à economia e sistema financeiro.

Esse seminário de planejamento é um importante passo para na realização das atividades deste ano. É uma atividade considerada fundamental pela diretoria para que a entidade possa organizar e definir seus

objetivos, diante dos enfrentamentos e desafios a que terá em 2010, notadamente por se tratar de um ano com forte conteúdo político.

Na avaliação da diretoria, este é um ano de fortalecimento da entidade em busca da manutenção dos direitos adquiridos e por mais conquistas.

ABUSO DE AUTORIDADE

Policial prende vigilante no BB da Bezerra de Menezes por pedir identificação

Os funcionários, clientes e usuários da agência do Banco do Brasil da Av. Bezerra de Menezes foram surpreendidos por um tumulto na unidade, na sexta-feira, dia 29/1. Como resultado, o vigilante Márcio Cleison Lima Silva acabou algemado e levado para a delegacia, apenas por cumprir suas tarefas e pedir identificação a um policial que queria entrar na agência.

Por volta das 13h da sexta-feira, 29/1, Márcio estava na porta giratória da unidade quando um policial quis entrar na agência. Márcio seguiu a orientação do gerente e pediu a identificação do policial, que foi logo levantando a voz e agredindo o vigilante com palavras de baixo calão. O vigilante insistiu em pedir a identificação do militar, mas esse passou a ameaçar Márcio com um fuzil e a toda hora querendo intimidá-lo com a ameaça de prisão. O vigilante apenas justificou que estava cumprindo ordens da gerência do banco, mas o policial continuou insistindo até entrar na unidade e prender Márcio. "Depois de todo o tumulto, eu chamei o gerente e ele autorizou a entrada do policial, mas ele foi logo me algemando, tomando minha arma e me conduziu

para a delegacia. Ele queria até pedir reforço para me prender", conta.

O diretor do Sindicato dos Bancários e funcionário do Banco do Brasil, Bosco Mota, repreva a atitude do policial. "Hoje, os assaltantes estão roubando armas, fardamentos da Polícia, e o vigilante está ali para garantir a segurança de todos. Então, o policial tem que se identificar. Não é ofensivo para ninguém. O profissional está ali cumprindo seu dever e o policial se identifica e pronto. Tudo certo. Agora o que não dá para admitir é que uma pessoa que é paga por nós para nos defender saia por aí algemando trabalhador. Existem muitos crimes para combater na cidade. Algumar trabalhador não é certo", afirmou Bosco.

Já o presidente do Sindicato dos Vigilantes do Ceará, Geraldo Cunha, informa que pedir a identificação de policiais, mesmo fardados, é uma orientação dos bancos, das empresas de segurança e da Polícia Federal. "Ele só estava cumprindo seu dever. A prisão foi arbitrária, sim, e nós do



Sindicato vamos acionar o secretário de Segurança Pública, Roberto Matoso, para que essa atitude seja expressamente coibida", declarou.

Após o incidente, Márcio voltou a sua jornada normal de trabalho na agência, mas informou que nunca teve qualquer problema com a identificação de policiais desde que trabalha na unidade, há cinco meses. Ele informou ainda que pretende mover contra o Estado uma ação de danos morais.

CONQUISTA

Bradesco paga PLR cheia (2,2 salários + adicional de R\$ 2.100) no dia 12/2

O Bradesco comunicou a Contraf-CUT que vai efetuar o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) na sexta-feira desta semana, véspera de carnaval, dia 12/2. Cada funcionário vai receber o teto da PLR, de 2,2 salários limitado a R\$ 14.696,00 (descontada a primeira parcela paga em outubro passado, de 54% do salário mais R\$ 614,00 limitado a R\$ 4.008,00), bem como o valor adicional da PLR de R\$ 2.100,00 (descontados os R\$ 1.050,00 já pagos em outubro), que representa o teto da regra dos 2% do lucro líquido.

"A mobilização dos trabalhadores bancários durante o período

da campanha salarial fez com que a PLR do Bradesco avançasse nos últimos anos. Isto prova que a nossa bandeira de luta está no caminho correto e que deveremos avançar mais ainda, visto que a lucratividade do banco teve enorme crescimento e isso é fruto do trabalho de cada um de nós", afirmou o diretor do SEEB/CE, Telmo Nunes.

O bancolucrou R\$ 8,012 bilhões em 2009, o terceiro maior da última década, de acordo com a consultoria Económática. O levantamento foi feito com base em informações prestadas pelo Bradesco à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em valores nominais (sem ajuste por inflação).

INOVAÇÃO

Nova página da internet do SEEB/CE traz o programa Rádio Bancários

Dentro do novo layout da página da internet do Sindicato dos Bancários do Ceará, uma inovação é a possibilidade de se ouvir a Rádio Bancários, com gravação diária do programa que vai ao ar toda manhã, de segunda a sexta-feira, às 7h30, pela Rádio Universitária. Para ouvir, basta acessar: www.bancariosce.org.br, no link Rádio Bancários.

O Sindicato reestruturou sua página na internet desde o último

dia 11/1 e, além do layout mais moderno, no site as informações são atualizadas diariamente, ou quando se fizer necessário, em tempo real. No site www.bancariosce.org.br a categoria bancária tem acesso à informação mais rapidamente, sendo usado esse instrumento de comunicação como meio de mobilizar os trabalhadores na defesa de seus direitos e repercutir as lutas e conquistas da categoria junto aos seus diversos públicos.

FALTA SERIEDADE

Nova mudança de presidente na CASSI mostra descompromisso do BB

A direção do Banco do Brasil anunciou no dia 28/1, mas uma troca na presidência da Cassi, a terceira que promove em três anos, o que na avaliação da Contraf-CUT demonstra a falta de seriedade do BB com a gestão da Caixa de Assistência dos Funcionários, responsável pela saúde de mais de 700 mil bancários da ativa e aposentados e seus familiares.

"São três presidentes diferentes nos últimos três anos, provocando sucessivos problemas de descontinuidade administrativa em um momento que a Cassi passa por dificuldades inexplicáveis no atendimento aos usuários e no credenciamento de prestadores de serviços e atrasa ininterruptamente a implantação do Plano Odontológico", critica Marcel Barros, secretário-geral da Contraf-CUT e coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB. "Isso revela um descaso do BB para com a Cassi e com a saúde dos trabalhadores".

Marcel lembra que o banco havia assumido o compromisso com a Contraf-CUT na reunião do último dia 20/1 de apresentar o Plano Odontológico até esta sexta-feira 29/1. "Não aceitaremos que o BB use a troca de presidente para adiar mais uma vez a apresentação do plano, reivindicado pelos funcionários há mais de uma década e sucessivamente postergado", adverte o secretário-geral da Contraf-CUT.

Além do problema da descontinuidade administrativa, a Contraf-CUT também considera um desrespeito com o funcionalismo a nomeação do novo presidente da Cassi, Hayton Jurema da Rocha, diretor de Gestão de Pessoas do BB no último período do governo FHC. "O novo presidente simboliza uma época em que os funcionários sofreram os mais brutais ataques do banco, em que houve mais de 50 mil demissões, congelamento de salários por sete anos e perda de direitos", denuncia Marcel.

BANCO DO BRASIL

Bancários dão início aos debates sobre saúde e PCCS com o banco

Os bancários apresentaram ao Banco do Brasil, no dia 3/2, em Brasília, a lista de reivindicações com as linhas gerais e os subtemas relativos ao Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) e sobre saúde e condições de trabalho, dando início às discussões das mesas temáticas, de acordo com o calendário de negociações definido com o BB para 2010. Os encontros foram realizados em separado. O PCCS foi discutido pela manhã; saúde e condições de trabalho foram objetos da reunião da parte da tarde.

O banco não deu qualquer satisfação por descumprir termo de compromisso prevendo a implantação, até final de janeiro, do plano odontológico. "A direção do Banco do Brasil insiste numa postura irresponsável e que desrespeita o funcionalismo e que não iremos aceitar", afirma Marcel Barros, secretário-geral da Contraf-CUT e coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB. O Sindicato dos Bancários de Brasília já havia entrado com denúncia no Ministério Público do Trabalho na terça-feira (2).

Os integrantes das mesas temáticas expuseram todos os itens da pauta do funcionalismo. Sobre o PCCS, a distribuição da gestão de pessoas do BB em diretorias distintas (Dipes, Direo e Dired), ponto de discordância entre o movimento sindical e o banco, foi um dos principais assuntos tratados na reunião sobre o tema. Da forma estabelecida, esse tipo de gestão dificulta e trava o processo negocial.

As premissas para as discussões da mesa temática sobre uma nova estrutura salarial no BB foram definidas em plenária nacional dos dirigentes sindicais da instituição financeira, realiza-



da pela Contraf-CUT em 15/12 último, em São Paulo. Ali também foi estipulado o calendário das negociações para este ano, incluindo a mesa permanente.

O cumprimento da jornada de 6 horas também esteve em pauta da manhã, mas o BB se limitou a dizer que vem realizando estudos sobre o tema e que até a data final do calendário das negociações irá apresentar uma proposta ao funcionalismo. Outra reunião ficou pré-agendada para acontecer ainda neste mês. Na pauta, o debate do PCMSO e dos exames periódicos, o Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho, a reimplementação dos SESMT e o plano odontológico.

Bancários e BB voltam a se reunir no dia 3/3, quando serão debatidas de forma mais detalhada questões como TAO (o programa de talentos e oportunidades do BB), GDC,

GDP, certificação, alçadas de comissionamento e descomissionamentos, seleção interna e qualificação profissional, entre outras.

NADA DE PLANO ODONTOLOGICO – À tarde, foram abertas as discussões da mesa temática sobre saúde e condições de trabalho. O início dos diálogos mostrou a extensão da pauta que será debatida ao longo do semestre e a importância dos trabalhadores se mobilizarem para assegurarem as conquistas desejadas. Os dirigentes sindicais explanaram as reivindicações da categoria dentro dos temas expostos, mas nada foi aprofundado e outras questões de interesses dos bancários ficaram de fora, como o plano odontológico, cujo prazo para implantação expirou em janeiro.

OUTROS TOQUES

Câncer

Um relatório da União Internacional contra o Câncer (UICC), que tem sede em Genebra, na Suíça, afirmou que 40% das 12 milhões de pessoas diagnosticadas com câncer no mundo anualmente poderiam evitar a doença protegendo-se contra infecções e mudando o estilo de vida. O câncer do colo do útero e de fígado, causados por infecções que podem ser evitadas com vacinas, devem ser a prioridade nas nações ricas e nos países em desenvolvimento, onde ocorrem 80% dos casos de câncer do colo do útero.

Novas cédulas

No último dia 3/2, foi lançada a nova família de cédulas do real. Elas terão tamanhos variáveis e dificultarão o trabalho dos falsificadores. A troca será feita gradualmente até 2014. As cédulas terão tamanhos variáveis: quanto maior o valor maior o tamanho da nota. A estreia será entre abril e maio, quando começam a circular as notas de R\$ 50 e R\$ 100, valores que concentram 95% das falsificações.

BNB

Sindicato convoca plenária sobre ação de equiparação

O Sindicato dos Bancários do Ceará realizará no próximo dia 10/2, às 18h, em sua sede, plenária informativa sobre a Ação de Equiparação das funções em comissão do BNB às do Banco do Brasil. O evento contará com a coordenação do diretor do SEEB/CE e coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB, Tomaz de Aquino, junto ao Presidente do BNB, Roberto Smith, com a participação do presidente da AABNB, Miguel Nóbrega.

Essa maior celeridade levou o Banco a apresentar contraproposta que, embora muito rebaixada, significou um primeiro passo na busca de uma solução para esse passivo, que já tem 22 anos de tramitação. Essa contraproposta motivou o Sindicato a apresentar uma nova proposta, considerando alguns ajustes, que não comprometem o direito dos trabalhadores. A avaliação do Banco sobre essa nova proposta o Sindicato espera receber na próxima reunião de negociação com a empresa.

PROPOSTA – Há cerca de três anos, o Sindicato apresentou ao Banco uma primeira proposta de valores para quitação da Ação de Equiparação, mas não obteve retorno, apesar dos esforços feitos pela

direção do SEEB/CE. Somente há um ano a negociação ganhou novo ritmo após intervenção direta do coordenador da CNFBNB/Contraf-CUT, Tomaz de Aquino, junto ao Presidente do BNB, Roberto Smith, com a participação do presidente da AABNB, Miguel Nóbrega.

Na oportunidade será feito um relato minucioso do processo de negociação, que vem sendo realizado em mesa permanente com a direção do BNB há cerca de um ano.

CAIXA

Novos empregados em Fortaleza

No último dia 1º/2, 50 novos empregados da Caixa Econômica Federal foram empossados em Fortaleza. Desses, 32 serão lotados no Ceará, sete no Maranhão e 11 no Piauí, números incluindo capitais e interior.

O Sindicato dos Bancários do

Ceará, representado pelos diretores Bosco Mota e Áureo Jr. (que também representou a APCEF/CE), esteve presente à solenidade de posse para dar as boas vindas aos novos bancários e falar da importância da entidade na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Secretaria de Imprensa



"O que a gente vive hoje é uma crítica à democracia representativa. É a nossa insatisfação com os mecanismos colocados apenas na democracia representativa. Procuramos um termo que combine melhor democracia representativa com democracia participativa"

disse Tânia Bacelar, professora da Universidade de Pernambuco, no Fórum Social Mundial Temático na Bahia.

Cardiovascular

Pesquisa da Universidade de Juiz de Fora e da Fundação Oswaldo Cruz concluiu que tanto a incidência como a mortalidade devido a problemas no aparelho circulatório é bem maior entre os mais pobres. Os principais fatores estão ligados ao estilo de vida da população. O tabagismo, alimentação inadequada e sedentarismo são hábitos mais frequentes entre as classes mais baixas. A falta do acesso às tecnologias oferecidas pela medicina, como serviços, medicamentos, profissionais, procedimentos, é também um fator agravante.

Intermunicipais

A população da Região Metropolitana de Fortaleza terá um alívio no bolso a partir deste mês. Desde o dia 8/2, começou a vigorar as novas tarifas de ônibus, cujos preços estarão em média 8,63% mais baratos. A redução das tarifas foram as seguintes: Fortaleza - Caucaia: de R\$ 2 para R\$ 1,80; Fortaleza - latitinga ou Maranguape: de R\$ 4,50 para R\$ 4,10; Fortaleza - Eusébio: de R\$ 2,50 para R\$ 2,30; Fortaleza - Maracanaú: de R\$ 2,50 para R\$ 2,30; Fortaleza - Aquiraz: de R\$ 3,40 para R\$ 3,10.

Mudou-se	<input type="checkbox"/>
Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/>
Não existe o indicado	<input type="checkbox"/>
Falecido	<input type="checkbox"/>
Desconhecido	<input type="checkbox"/>
Recusado	<input type="checkbox"/>
Ausente	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>
Por escrito ou síndico	<input type="checkbox"/>
Reintegrado ao serviço	<input type="checkbox"/>
Posital em	<input type="checkbox"/>
Renegociado	<input type="checkbox"/>
Outra	<input type="checkbox"/>

Garantida	<input type="checkbox"/>
Devolução	<input type="checkbox"/>
Correios	<input type="checkbox"/>
Sind. dos Bancários	<input type="checkbox"/>
9912180326-DR/CE	<input type="checkbox"/>
Mala Direta	<input type="checkbox"/>
Correios	<input type="checkbox"/>